

PROGRAMA ELEITORAL AUTÁRQUICAS

LISBOA 2025

Volt

RELIGA-TE A LISBOA

O QUE É O VOLT?

O Volt é um partido pan-europeu, progressista, social-liberal e ecologista que conta com mais de 30.000 membros por toda a Europa e mais de 300 eleitos ao nível local, nacional e europeu.

Queremos uma Europa verdadeiramente unida, democrática, solidária e inclusiva, que permita a cada pessoa fazer parte da solução em relação aos desafios da atualidade colocando a defesa do ambiente e dos Direitos Humanos no centro das prioridades. Não somos de esquerda nem de direita, apresentamos propostas com base em boas práticas e evidência científica.

RELIGA-TE A LISBOA

Lisboa tem 3200 anos e por ela passaram vários povos e civilizações. Esta é uma cidade de encontros, multicultural e multiétnica quase desde a sua fundação. A Lisboa de hoje reflete a sua História e as transformações e os gostos de cada época. O Volt quer preservar a herança histórica da cidade e sublinhar a sua vantagem multicultural no presente, projetando-a para o futuro.

Aqui vivem, estudam e trabalham mais de 500.000 pessoas, mas os desafios que vivemos diariamente são partilhados por milhões de pessoas por toda a Europa. As mesmas perguntas repetem-se por todo o lado: Como é que desenvolvemos políticas para que todos consigam viver na cidade a que chamam casa? Como desenhamos uma cidade capaz de fazer frente aos grandes desafios que a crise climática nos traz? Como criamos uma cidade com qualidade de vida para todos sem exceção?

O Volt defende que as respostas a estas questões se encontram na adaptação a Lisboa das boas práticas que se encontram por toda a Europa. Mas também na coragem de fazer diferente, de expandir horizontes mantendo sempre o foco em encontrar as soluções mais adequadas aos desafios colocados pelos cidadãos, independentemente de dogmatismos e preconceitos ideológicos de direita ou de esquerda.

A crise climática é uma questão transversal a todo este programa, não sendo uma questão futura, mas uma realidade atual que se agrava a cada dia que passa e que deve ser tida em conta quando se pensa em qualquer área da sociedade. Novos dados científicos mostram que não podemos esperar mais, pelo que o Volt defende uma Europa, e uma Lisboa neutra em carbono até 2030, pelo que o Volt defende o cumprimento rigoroso do compromisso assumido com a Comissão Europeia em Março de 2024: Lisboa como uma cidade climaticamente neutra até 2030.

Temos em Lisboa a capacidade para fazer as mudanças necessárias, mas acima de tudo temos a responsabilidade de dar o exemplo no combate às alterações climáticas. Tal como a cidade em si, este é claro um projeto em contínua construção e, por isso, queremos também ouvir-te e conhecer as tuas preocupações e sugestões para a cidade. Tens ideias ou sugestões que gostarias de partilhar connosco?

Enquanto travamos esta batalha pela sobrevivência, temos muito que está por fazer e temos uma outra crise grave a ameaçar a nossa subsistência: **a crise da habitação**. Para tal o Volt encabeça um conjunto de medidas que sabemos que funcionaram e que são adaptáveis à realidade de Lisboa, como um forte investimento na habitação pública, estabelecimento de parcerias público-privadas na construção e promoção de cooperativas de habitação.

1. RELIGA-TE À HABITAÇÃO

A crise de habitação a que assistimos hoje em Lisboa é resultado de mais de uma década de ausência total de visão para a cidade de Lisboa. Desde as afirmações de Fernando Medina “Lisboa não tem cidade para o turismo” à inação de Carlos Moedas, Lisboa viu com a grande recessão e o sequente período da Troika em Portugal uma queda geral na atividade do setor da construção civil, da qual ainda não recuperou totalmente.

Concomitantemente, **Lisboa entrou nos circuitos internacionais do turismo de massas, do investimento internacional, dos programas *Golden-Visa* e viu novos fenómenos de imigração, de diferentes capacidades financeiras, contribuir para um aumento acelerado da procura por espaço na cidade**. O aumento exponencial de alojamento local, bem como o aumento do número de hotéis na cidade, dirigiu um grande número de unidades de habitação já disponíveis, mas também de novos edifícios ou renovações de edifícios existentes, para servir o setor do turismo.

Também do lado da oferta, vimos todo **este interesse súbito em Lisboa deturpar o mercado imobiliário**, alterando o segmento no qual as promotoras imobiliárias se têm vindo a focar, com o **investimento sobretudo nos segmentos de luxo**. A atividade na construção civil ainda não recuperou os níveis pré-2008 e em muito tem sido direcionada para a construção de hotéis, a recuperação de edificado para o setor do Turismo ou para a **construção de habitação a preços incompatíveis com os salários portugueses**. O ritmo de construção de habitação ainda não se ajustou para responder ao grande aumento na procura.

MERCADO DE HABITAÇÃO

É necessário **reequilibrar o mercado de habitação, aumentando fortemente a oferta de habitação para arrendamento a preços acessíveis**. Baseado no **modelo de habitação de Viena**, em que um consenso de décadas em políticas de habitação, tem permitido à cidade ter um dos mercados de habitação que menos sofreu com aumentos especulativos dos preços de compra e de arrendamento de habitação.

MEDIDAS DO LADO DA OFERTA

Entre várias medidas, o modelo de Viena privilegia o arrendamento de habitação pública acessível, em que a contratualização para novas unidades de habitação se baseia em critérios financeiros, de qualidade arquitectónica, sustentabilidade ambiental e critérios de integração de diferentes estratos sociais, evitando a criação de guetos. Tendo esta cidade como modelo, defendemos:

- **Novo Programa Municipal de Habitação Pública**, com um investimento anual de €150 milhões, para construção de apartamentos de renda acessível pública.
 - Este programa pode ser financiado através de contração de dívida pública, uma vez que é um investimento com retornos seguros e constantes.
 - **A Câmara Municipal de Lisboa deve afirmar-se como senhorio de habitação pública e acessível de qualidade.**
 - Este programa deve servir diferentes estratos económicos, promover integração social, procurando evitar a criação de guetos.
 - A lógica de uma Câmara Municipal enquanto senhorio permite nivelar os preços de arrendamento no mercado ao introduzir um grande número de habitações cumulativamente
- Inspirado também no modelo de Viena, **a criação de quotas de 60% de habitação a preços acessíveis**, tanto para arrendamento como venda, aquando do licenciamento de novos projetos de habitação. Esta medida obriga a reorientar o foco de promotores imobiliários a também suprir as necessidades da classe média e dos mais pobres.
- **A promoção de uma listagem compreensiva e pública de todos os edifícios inutilizados e detidos pela Câmara Municipal de Lisboa**, assim como das entidades e empresas sob a sua tutela.
- **A conversão de edifícios inutilizados e detidos pela Câmara Municipal de Lisboa** e as entidades e empresas sob a sua tutela, que se considerem aptos de reconversão, **em habitações a preços acessíveis**. Propomos, em específico, o estudo da finalidade dos edifícios, e a **sua possível reconversão em espaço para habitação e comércio local, dos hospitais de São José, Estefânia, Santa Marta e dos Capuchos**, uma vez que serão todos

desativados aquando da inauguração do novo Hospital de Lisboa Oriental.

- A promoção da **reabilitação dos atuais bairros camarários**, melhorando as condições de **eficiência energética e térmica dos edifícios**, bem como de qualidade de vida na envolvente, humanizando as condições por exemplo pela implementação de espaços verdes e serviços públicos. Se o custo de reabilitação da habitação camarária não for viável deve optar-se pela reconfiguração ou reconstrução do bairro, como o bom exemplo do novo Bairro da Cruz Vermelha.
- A promoção de **Cooperativas de Habitação para Arrendamento Acessível**, por exemplo, através da aplicação de um modelo cooperativo, semelhante ao já existente, mas promovendo o arrendamento.
- A promoção de mais construção de habitação acessível por parte de Mutualistas e do sector social.
- A promoção de **Parcerias Público-Privadas (PPP) para a habitação, envolvendo privados** no aumento do parque habitacional com preços acessíveis e compatíveis com os salários portugueses.
- O **agravamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** para casas e prédios devolutos, proporcional ao número de anos ao abandono, para criar pressão nos proprietários para colocar o imóvel no mercado.
- A **criação de limites temporais ao licenciamento atribuído para novas unidades de habitação**, com o **fim de combater o fenómeno especulativo** de renovação de prédios e adiamento de colocação de apartamentos no mercado, com a expectativa que com o tempo o mercado imobiliário os valorize ainda mais. **Queremos combater a manutenção artificial baixa da oferta de habitação**. Propomos 3 meses para colocar unidades de habitação em fase de conclusão, com consequências financeiras danosas para os incumpridores.
- **Revisão do Plano Diretor Municipal:**
 - Colocar **limites à densidade de Alojamento Local e Hotéis por zonas**, permitindo um planeamento adequado e evitando uma pressão turística demasiado forte.
 - A **remoção do requisito de construção de lugares de estacionamento privados** por número de fogos habitacionais construídos, atualmente exigido pelo Plano Diretor Municipal.
 - Uma revisão que permita **maior densidade e altura em determinadas zonas da cidade**.
 - Uma revisão que preveja **uma nova centralidade na cidade e um parque natural na zona que hoje ocupa o Aeroporto da Portela**,

permitindo o planeamento adequado urbanístico, habitacional, comércio e outros serviços.

- A promoção de soluções de **Co-living entre residentes de idade mais avançada** e também de soluções de adaptações a casa para o **Co-living entre residentes de idade mais avançada, que requerem algum apoio e companhia, com estudantes universitários**, que apreciam rendas baratas, companhia e orientação de pessoas mais experientes. Em si, tratam-se de projetos com grande potencial de combater a solidão.

MEDIDAS DO LADO DA PROCURA

Também do lado da procura, pretendemos equilibrar o mercado de habitação, retirando alguma da pressão colocada pelo setor do turismo e por fundos de investimento, que frequentemente, têm praticado operações de renovação e venda especulativas. O turismo tem sido uma grande fonte de receita à cidade, mas tem sido **muitas vezes promovido com pouca visão e pouco valor acrescentado**. Acreditamos que para a **verdadeira promoção do turismo sustentável, também ele deve conhecer limites ao espaço que ocupa na cidade**. Propomos:

- O **reforço da fiscalização** das regras existentes para o licenciamento de Alojamento Local, através da **criação da Entidade Municipal do Alojamento Municipal (EMAL)**. Existem demasiados relatos de unidades de AL que, não estando licenciadas e em incumprimento da lei, operam sem questões. Uma entidade semelhante à EMEL, mas para a aplicação dos regulamentos sobre o alojamento local, deverá trazer ordem a este **setor que tanto tem carecido de fiscalização adequada**.
- **Maior articulação com as grandes plataformas de promoção de aluguer de Alojamento Local, como o Airbnb, Booking.com e outras**, obrigando as plataformas a retirar listagens consideradas ilegais à luz da lei nacional e municipal.
- **Novas restrições ao Alojamento Local, como a proibição do uso de lockbox**, caixas com código presas junto à porta do prédio e contêm a chave do apartamento, o que evita a necessidade de uma receção presencial dos hóspedes por parte do anfitrião. Acreditamos que **esta medida impulsiona o espírito da filosofia original do conceito de Alojamento Local**.
- Uma revisão e **fortalecimento de quotas de Alojamento Local por freguesia e por bairro**, a fim de aliviar a pressão turística que se tem concentrado na zona histórica da cidade, contribuindo para a sua descaracterização.
- **Suspensão de licenciamento a novos hotéis**, promovendo em vez disso a construção de novas unidades de habitação.

- **Limitação do número de unidades de alojamento local que um único indivíduo ou empresa pode deter para um máximo de 2 apartamentos.** Empresas ou indivíduos que queiram deter mais do que dois deverão candidatar-se a licenciamento mais apropriado, por pretenderem um modelo de negócio mais próximo da lógica de guesthouse ou aparthotel, que detêm licenciamento distinto.
- O **agravamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** para casas e prédios **dedicados a 50% ou mais do tempo para alojamento local**, sendo proporcional ao número de apartamentos detidos pela mesma entidade ou indivíduo.

2. RELIGA-TE À MOBILIDADE

Na mobilidade, o objetivo do Volt é assegurar a sustentabilidade, a mobilidade eficiente e inclusiva. Ao concentrarmo-nos nos transportes públicos, nos meios suaves e no conceito de partilha de veículos, estamos a criar uma cidade mais calma, menos poluída, com mais espaço para viver e mais segurança para todos, oferecendo alternativas viáveis ao uso do carro.

Para tal, é vital ter uma visão integrada de toda a área metropolitana e estruturar as soluções de mobilidade à escala local, intramunicipal e intermunicipal. Esta é a forma pela qual podemos alcançar uma cidade de 15 minutos, onde tudo o que precisamos para ter uma boa vida se encontra a 15 minutos através de transportes públicos ou mobilidade suave.

MOBILIDADE SUAVE E PEÕES

As regras relativamente aos passeios e os peões devem ser respeitadas e reforçadas tendo em conta que a cidade é de todos, considerando em particular aqueles que possuem dificuldades físicas de mobilidade, tornando a vivência da cidade mais inclusiva. Para tal:

- Os **passeios devem estar livres de obstáculos** que condicionem a mobilidade dos peões, nomeadamente sinais de trânsito e mobiliário urbano, como por exemplo, caixas técnicas, paragens de transportes públicos, sinais de trânsito, e outros obstáculos, que **devem ser restringidos ou realocados**.
- Os **passeios devem cumprir a medida mínima de 150 cm de largura ou serem adotadas soluções de coexistência**, nos termos da legislação atual.

- Os passeios devem conter uma faixa contínua em material liso que **permita a utilização por cadeiras de rodas** e por pessoas com outras dificuldades de deslocação.
- Garantir que as **passadeiras estão visíveis e sinalizadas**, privilegiando-se a sua sobrelevação, que obriga a uma redução da velocidade do automóvel.
- O limite de velocidade máxima de **30 km/hora deve ser a regra na generalidade da cidade de forma a reduzir a sinistralidade**. Onde tal medida for implementada deverá ser reduzida a quantidade de semáforos.
- O **sinal verde para peões deverá surgir até 10 segundos** após o acionamento.

É muito importante devolver a cidade às pessoas, permitindo reequilibrar a distribuição do espaço pelos diferentes meios de mobilidade, dando **maior espaço aos peões e à mobilidade suave**, procurando repensar o planeamento urbanístico neste sentido. Para tal, defendemos:

- A criação de **percursos coesos multifacetados para peões e ciclistas**, que sejam ao mesmo tempo **corredores verdes**.
 - Isto implicará uma ampla rede, bem estruturada, ao longo da cidade (e incluindo concelhos limítrofes), que garanta uma conexão mais segura, silenciosa e limpa, para quem delas queira usufruir.
 - Por conseguinte, propomo-nos a garantir verdadeiros corredores verdes, livres de automóveis, e que liguem os vários parques, jardins e praças de Lisboa, enquanto concomitantemente asseguram uma ligação pedonal e ciclovária de toda a cidade.
- Desenvolver **um programa de sensibilização junto das várias instituições de ensino**, por forma a promover o uso da bicicleta como meio preferencial de deslocação.
 - **Projecto de “Ruas de Escola”**, tratando-se de áreas de supressão do trânsito automóvel (ou redução de velocidade para 20km/h com apoio de várias estruturas desinibidoras quando o mesmo não seja possível) juntos de escolas e infantários, por forma a promover a segurança das nossas crianças e jovens e promover a sua saúde não só pela promoção de uma zona de reduzida emissão de gases nefastos como pela utilização da bicicleta.
- **Duplicar os quilómetros de ciclovias e estradas cicláveis** de forma conexas e integrada em Lisboa dos atuais planeados 263 km para 536 km.
- Desenvolver um conjunto de estudos para uma **expansão da infraestrutura da rede GIRA** e de melhoria e otimização da sua app.
- Envolver a comunidade de utilizadores da GIRA na melhoria da sua app.

- **Expansão da rede de ciclovias e a criação de 'auto-ciclovias' ou ciclovias rápidas** que liguem Lisboa aos concelhos vizinhos. A título de exemplo, propomos alterações profundas na ciclovias da radial de Benfica, a criação de duas ciclovias de ligação a Loures através de pontes pedonais e cicláveis sobre o rio Trancão.
 - **Ciclovias da radial de Benfica:** Pretendemos efetuar o alargamento do canal ciclável, a insonorização (com barreiras artificiais ou verdes), a criação de um corredor pedonal e a construção de acesso direto pelos viadutos já existentes, tanto a Benfica, como a São Domingos de Benfica.
 - **Ciclovias de ligação a Loures** - Promover em conjunto com a Câmara Municipal de Loures a realização da ligação por ponte pedonal/ciclável sobre o rio Trancão, para concluir o nó de Sacavém que atualmente liga o vale do Trancão (Várzea) a Sacavém, bem como alterar as características do piso, transformando esta via numa ciclovias urbana.
 - **Ciclovias da Avenida da Índia** - Ligando através da Avenida Marginal ao concelho de Oeiras, na zona de Algés, numa via que já demonstrou necessitar de uma ciclovias bem delineada para proteger os ciclistas.
 - **Ciclovias da Avenida de Roma**, de ligação entre ciclovias da Avenida do Brasil e da Praça de Londres, com recurso a requalificação da avenida e arborização da mesma;
 - **Ciclovias da Avenida Gago Coutinho**, que ligue as várias ciclovias que terminam na Rotunda do Relógio, com o Areeiro, e mais tarde que ligue com a ciclovias da Almirante Reis. Trata-se de uma via com espaço para supressão de uma via automóvel, assim como a proteção com barreiras verdes;
 - **Requalificação da organização do trânsito na rotunda do relógio, a fim de permitir a união das quatro ciclovias** que já atualmente terminam nessa rotunda, para permitir uma maior conexão da rede ciclável de Lisboa e uma maior segurança a todos os ciclistas e automobilistas;
 - Estudar outros canais de acesso rápido de ciclovias a Lisboa.
- Promoção da cobertura dos sulcos e das linhas de elétrico desativadas, com material (exemplo borracha) que torne a utilização mais segura pelos meios de mobilidade suave.
- Nas ruas de sentido único deverá promover-se a opção ciclável nas duas direções, pois beneficia a rapidez da bicicleta, fomenta a coexistência na rua e acima de tudo reduz a velocidade dos carros.
- **Criar uma Comissão Municipal de Mobilidade e Transportes**, onde sejam envolvidos parceiros sociais e da sociedade civil, assim como outros parceiros da autarquia, para um acompanhamento regular da melhoria da mobilidade urbana, conforme recomendado por associações como a MUBi;

TRANSPORTES MODERNOS E FIÁVEIS

A falta de investimento é crónica e transversal a vários setores da sociedade, mas não tão gravosa para a cidade de Lisboa como a sua falta nos transportes públicos.

Para tal, defendemos na **rede de autocarros da CARRIS**:

- Que todas as **paragens com bancos tenham ecrãs informativos** com os detalhes das carreiras, como o **tempo de espera** e eventuais atrasos, como acontece na cidade italiana de Milão, onde todas as paragens de autocarros apresentam ecrãs com os tempos de espera e o destino dos autocarros.
- **A melhoria na disponibilização do API da CARRIS**, para que seja melhor integrado com as aplicações de navegação (CityMapper, Google Maps, Maps, etc), assim como melhorias na aplicação da CARRIS, para um funcionamento mais ágil e com melhor experiência de utilizador.
- **Identificação dos casos do problema de “autocarros-fantasma”**: autocarros calendarizados para aparecer, muita vez a aparecer em aplicações de navegação, mas que no momento não aparecem, procurando soluções de avisar em tempo real os utilizadores que determinados autocarros não irão aparecer.
- **Criação de mais carreiras com um percurso radial**, que liguem diferentes bairros menos centrais e periferias sem a necessidade de deslocação até ao centro da cidade, com melhor cobertura de movimentos nos eixos Este-Oeste.
- **Reforço de meios financeiros e humanos**, com reforço de material circulante para uma **melhor frequência de autocarros**.
- **Acelerar a implementação da já aprovada expansão da rede de faixas BUS**, para aumentar a velocidade média dos autocarros. Defendemos a **aplicação de corredores BUS** em todas as estradas onde existam, pelo menos, 2 faixas de rodagem.
- **Acelerar a descarbonização da frota de autocarros com autocarros elétricos**, excluindo gradualmente também autocarros a gás natural, pois este também é um combustível fóssil com emissões elevadas de gases de efeito estufa.

Temos que assumir o compromisso juntos dos lisboetas, e de todos os que vivem na cidade, de que o **Metropolitano de Lisboa se reafirme enquanto meio de transporte estruturante da cidade, com fiabilidade, rapidez e acessibilidade**,

seguindo os padrões de qualquer cidade europeia. Desta forma, defendemos:

- Que a **frequência do Metro nunca seja superior a 3 minutos em horas de ponta** ou 5 minutos fora das horas de ponta. Só assim podemos empreender uma política robusta de desincentivo ao automóvel privado e assegurar o casamento perfeito com a promoção da mobilidade leve e, por conseguinte, devotar ao sucesso os corredores verdes pelos quais queremos ligar a cidade.
- O **reforço necessário de meios humanos**, financeiros e em material circulante.
- A **valorização das carreiras dos profissionais** do Metro, para que seja possível reter, valorizar e recrutar novos profissionais.
- Que o Município esteja presente no Conselho de Administração desta empresa.
- Que seja **instaurada uma inspeção-geral aos maus serviços de manutenção prestados aos vários equipamentos de acesso ao Metro** como escadas rolantes, tapetes rolantes, elevadores, entre outros, que apresentam avarias crónicas ao longo de anos, um facto absolutamente inaceitável e que tantas dificuldades cria na utilização do Metro por parte de utentes de idade mais avançada, de pessoas de mobilidade reduzida, entre outras tantas.
- **Reforço das verbas de manutenção** para que estes serviços sejam prestados de maneira profissional, permanente e célere, ao contrário do que é a realidade atual do Metro de Lisboa.
- **A expansão do Metro de Lisboa**, posicionando-se cada vez mais como a melhor opção nas deslocações dentro e fora do concelho:
 - **Expansão da Linha Vermelha depois do Aeroporto até à Alta de Lisboa**, uma zona da cidade em forte expansão populacional, por forma a conectar as linhas amarela e azul mais a Norte.
 - **Expansão da Linha Vermelha até Campolide, Infante Santo, Campo de Ourique e Alcântara**. Estudos devem ser efetuados para possibilitar uma boa ligação intermodal entre a futura estação de Metro de Campolide com a estação de comboios e também para que a estação de Campo de Ourique não sacrifique nenhuma parte do Jardim da Parada.
 - **Defesa de uma solução em “laço” para a linha circular** agora em fase de conclusão, a fim de evitar o transbordo na estação do Campo Grande, que a irá sobrecarregar, aumentando o tempo total de viagem de quem já vem de longe da cidade. Concordamos com a ideia de tornar o Cais do Sodré um ponto central da rede, mas sem fazer da linha Amarela um linha periférica que apenas liga Odivelas a Telheiras.

- **Expansão da Linha Verde depois da estação de Telheiras, ligando-a à Linha Azul** na estação Colégio Militar, Carnide ou Pontinha, com uma Estação intermédia na Quinta dos Inglesinhos, e conforme estudos de impacto.

Ainda no que diz respeito **à melhoria da oferta e condições da rede ferroviária suburbana**, fundamental para evitar que milhares de pessoas se desloquem à cidade de carro, defendemos:

- A promoção da ligação da linha ferroviária de Cascais à restante rede ferroviária, **restabelecendo a ligação da estação Alcântara-Terra à de Alcântara-Mar**;
- O investimento em **novo material circulante na linha de Cascais**, e o reforço da sua frequência, para melhor ligação com o eixo ocidental da cidade de Lisboa e os concelhos de Oeiras e Cascais;
- O **reforço da oferta do serviço de comboio da Fertagus**, em articulação com as respectivas empresas e concelhos que este serviço interliga;

De ressaltar ainda a necessidade vital de:

- Promover, tanto na Carris como no Metro, **a circulação horizontal ou radial no concelho**, uma vez que se tem assistido a um planeamento concêntrico da rede, em forma de leque, com veios verticais, mas poucos e ineficazes veios radiais.
- Ambicionar e lançar um **plano robusto de criação de uma empresa única de transportes da área metropolitana**, por forma a reduzir custos, aumentar sinergias, otimizar redes, garantir investimentos inteligentes e promover a mobilidade e conforto de todos os utentes. A Carris Metropolitana foi um passo na direção certa, mas não se trata ainda em si mesma uma empresa de gestão de toda a Carris ao nível metropolitano.
- **Reorientar o tráfego automóvel** na cidade por forma a **dificultar as deslocações** através deste meio e desincentivar a sua utilização, enquanto se reafirma a aposta nos transportes públicos.
- Criar de um **sistema de partilha do automóvel particular**, promovendo a diversidade de oferta de opções de deslocação, reduzindo a necessidade de estacionamento e o interesse em ter carro próprio.

REORGANIZAÇÃO DO TRÂNSITO

- Devem ser criadas soluções que desincentivem o trânsito de atravessamento, soluções essas que passam pelo:
 - Reordenamento dos sentidos de trânsito
 - Criação de horários de entregas de fornecedores
 - Implementação de mais ruas de coexistência, ou ruas Woonerf, que não distinguem rua do passeio e permitem a circulação de automóveis, bicicletas ou pessoas em simultâneo, obrigando a uma maior precaução por parte dos condutores
 - Pedonalização
- Retirar da Av. da Liberdade e da Av. da República, o estacionamento das laterais permitindo apenas acesso a garagens, cargas e descargas e mobilidade suave.
- Expansão da Zona de Emissões Reduzidas (ZER) para restringir o acesso de automóveis anteriores a 2005, através de um sistema de câmaras e multas automatizadas, para contemplar toda a zona limitada pela Segunda Circular para o centro da cidade.
- Criação da Zona de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC), que deverá cobrir a região ABC (Avenida da Liberdade, Baixa-Chiado, toda a baixa da cidade desde os Restauradores em direção ao rio, da zona da Estrela até a Santa Engrácia, inclusive), onde:
 - Só será dado acesso a residentes e porventura trabalhadores (não prioritário).
 - Entregas têm horários específicos mais reduzidos para serem feitas.
 - O acesso far-se-á através do cartão navegante ou leitura do dispositivo Via Verde, para maior comodidade.

ESTACIONAMENTO

O espaço público de superfície na cidade é um bem escasso. No entanto, o espaço destinado ao estacionamento automóvel tem assistido a um favorecimento que deve ser repensado. As soluções que passam por repensar o papel do carro e do estacionamento na cidade passam por:

- **Abolição do requisito de construção de lugares de estacionamento privados** por número de fogos habitacionais construídos, atualmente exigido pelo Plano Director Municipal.
- **Aumentar ofertas alternativas viáveis e de qualidade ao automóvel**, quer através de transportes públicos, como opções de mobilidade suave.

- **Criar mais parques de estacionamento dissuasores junto às entradas na cidade**, junto a estações de comboio e intermodais, com preço integrado no título de transporte.
- Sempre que possível, a utilização dos parques de estacionamento de autocarros da Carris durante o dia, como parques dissuasores para automóveis (como por exemplo, os parques da Carris na Pontinha, Musgueira, Olivais e Miraflores).
- Cada aumento de lugares de estacionamento automóvel numa zona da cidade deverá implicar necessariamente a redução noutra, com vista a bloquear o aumento total de lugares de estacionamento.
- Aumentar os lugares de estacionamento para bicicletas, trotinetas e motociclos em todas as ruas (imediatamente antes de todas as passadeiras), com suportes tipo sheffield ou onda.
- **A EMEL deve passar a funcionar aos fins de semana e alargar o horário até às 22h00 nas zonas residenciais** e até às 02h00 nas zonas de diversão noturna. Esta medida vai beneficiar grandemente os residentes, permitindo-lhes maior facilidade para estacionar o seu primeiro veículo privado.
- Estacionamento de segundas viaturas na rua será desincentivado, através de uma **maior diferenciação de preço entre dísticos de 1ª e 2ª viatura** por agregado habitacional.
- Os parques de estacionamento subterrâneos existentes deverão poder ser usados pelos residentes, em horário noturno, a preços reduzidos.
- Nos locais onde existe uma manifesta falta de oferta de estacionamento público ou privado, será ponderada a possibilidade de construção de estacionamento para residentes, mas sempre reduzindo a oferta do estacionamento automóvel na via pública.

AEROPORTO

- Defendemos a posição da Assembleia Municipal de Lisboa de **não aumentar o número de voos por hora no aeroporto da Portela, limitar os voos noturnos** e pelo cumprimento dos horários legais das travessias dos aviões e dos limites de ruído.
- Vamos pressionar pelo estudo e o planeamento de um desfasamento do aeroporto da Portela, com um plano ambicioso para o futuro dos terrenos que hoje o aeroporto ocupa.

- Defendemos a **construção de um aeroporto internacional em Alcochete** que seja, numa primeira fase, de apoio ao já existente e, numa segunda fase, se transforme no grande e único aeroporto da região de Lisboa com ligação através da nova terceira travessia ferroviária no Tejo, via Barreiro.
- **Após o encerramento do atual aeroporto da Portela**, defendemos que os terrenos devem dar lugar a uma nova centralidade da cidade, com novos bairros que incluam um grande parque de habitação pública acessível, mas também habitação privada e cooperativa, com comércio local de rua e escritórios. Defendemos que também um novo parque florestal deve emergir, que una os novos bairros e permita uma maior qualidade de vida, tornando-se o segundo pulmão da cidade, a seguir a Monsanto. Um novo bairro na cidade, pensado e estruturado, não se vê há mais de 50 anos.

3. RELIGA-TE À COMUNIDADE

INCLUSÃO

- Pessoas em situação de sem-abrigo:
 - **Foco na implementação dos planos de combate à pobreza enquanto pilar de prevenção.** Lisboa não pode continuar numa lógica de reação no que diz respeito às pessoas que se encontram em situação de sem abrigo, devendo colocar em marcha planos para evitar que as pessoas cheguem a essa situação em primeiro lugar.
 - Disponibilização de **habitação para pessoas em situação de sem-abrigo**, com um maior investimento no **projecto Housing-first**, tendo em atenção a integração dos mesmos também no centro da cidade e não somente na periferia, evitando guetos.
 - **Implementação de restaurantes sociais**, adequado às necessidades na cidade, em espaços da câmara municipal e geridos por parceiros sociais, com refeições quentes e regulares para as pessoas em situação de sem-abrigo, e não só;
 - **Implementação da estratégia municipal** já existente do [PMPSSA](#) - Plano Municipal de Pessoas em Situação de Sem Abrigo;
 - **Instalação de novos balneários públicos**, para que as pessoas em situação de sem abrigo e a viver na rua possam manter hábitos de higiene, como duchas quentes;
 - **Investimento numa melhor articulação entre os vários serviços camarários envolvidos** em projetos para procura de soluções para pessoas em situação de sem abrigo, com foco na procura de soluções na fase pós-centros de alojamento temporário;
- Garantir a **acessibilidade em todos os edifícios com serviços públicos:**

- Eliminação de barreiras arquitetónicas nos edifícios;
 - Dotação de sinalização e outras indicações necessárias, tais como placas em Braille, indicações de chamada de senhas, se aplicável, em voz alta, ou sinalização em cores fortes de contraste para pessoas com deficiência visual, entre outros.
- Prestação de serviços de integração de forma imediata no acolhimento de refugiados, disponibilizando habitação logo que possível.
 - Criação de um **programa de reconhecimento das qualificações profissionais dos refugiados** enquanto fonte de trabalhadores especializados.
 - Disponibilizar **aulas de Língua e Cultura Portuguesa gratuitas** pelas Juntas de Freguesia aos imigrantes na sua língua materna ou, em alternativa, em inglês.
 - Criação do **Programa Cafés +65**, organizados em locais como cafés, pastelarias e outros estabelecimentos comerciais e de convívio que já tenham movimento local. Através do estabelecimento de parcerias com estes estabelecimentos, este programa serviria de alternativa aos centros de dia, proporcionando **atividades para a população mais envelhecida, sem o estigma e o isolamento dos centros de dia**. Permitiria um ambiente mais partilhado e uma maior interação intergeracional, com outros utilizadores desses espaços comerciais e culturais.
 - **Implementação do programa Provedores do Bairro**, onde os municípios se podem registar para ser Provedores do Bairro, tornando-se os elos de ligação entre os residentes e o município para apontar necessidades mais prementes de intervenção da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia, à semelhança do que é feito em Cascais. Permite que os vizinhos entrem em contacto com o Provedor do Bairro, que terá já relações privilegiadas com os vários serviços camarários para resoluções mais rápidas de problemas apontados pelos residentes.

CULTURA

- Aumentar a oferta de espaços de ensaio para artistas de todas as valências a um custo reduzido.
- Maior investimento directo junto das várias companhias de teatro que operam no concelho por forma a garantir maior liberdade artística.
- Maior investimento nas bibliotecas municipais:
 - Novas bibliotecas na zona Norte da cidade;

- Dotando-as de infraestruturas tecnológicas adaptadas às necessidades atuais e maior verba para aquisição de livros;
 - Aumento da oferta literária em toda a rede de bibliotecas;
 - Dinamização de clubes de leitura, co-organizados por associações ou munícipes interessados;
 - Promoção de outros eventos culturais nestes espaços, como exposições ou apresentações de livros.
- Apoios a **associações culturais e recreativas em risco de fechar portas** devido a rendas especulativas ou outro tipo de falta de apoios.
 - Promover uma **rede de arquivos das instituições** e associações para a preservação da história de Lisboa, com um programa de apoio aos arquivos.

DESPORTO

As organizações desportivas estão a ser seriamente ameaçadas e a autarquia não lhes tem dado o devido destaque nem claramente reconhecido a sua função pivotal para o fortalecimento da comunidade e da saúde dos lisboetas. Ter as organizações desportivas no centro das preocupações da autarquia é, por conseguinte, essencial, sendo clara a sua função de promoção da saúde, de aprofundar dos laços sociais da comunidade, e vital para a dinamização da cidade, assim como para a manutenção do usufruto da mesma por parte dos seus habitantes e os da área metropolitana. Por isso defendemos uma maior articulação com as várias instituições, entendendo as suas necessidades e com uma melhor adjudicação de eventuais apoios diretos. Importa ainda salientar o esforço que deve ser feito na promoção de desportos náuticos, especialmente tendo em conta a bacia do Tejo.

Como tal propomos:

- Instalação de **pequenos equipamentos em praças e jardins** que promovem uma função social e de convívio (ex: mesas de ténis de mesa, mesas para jogar cartas/xadrez).
- Apoiar **associações desportivas na cidade que carecem de espaços próprios** ou espaços apropriados para a realização da sua atividade desportiva, procurando encontrar-lhes uma alternativa.
- Apostar em **mais espaços desportivos com pouca oferta pública na cidade:** campos de basquetebol, campos de voleibol, skateparks, entre outros.
- **Valorização da prática desportiva federada:**
 - Reforço de apoios aos clubes e associações locais.

- Criação de linhas de apoio específicas para atletas de alto rendimento e **bolsas municipais para atletas** que representem Portugal sem apoios estatais.
- Investir em infraestruturas desportivas modernas e acessíveis:
 - **Construção de novos pavilhões municipais**, incluindo o novo Pavilhão da Alta de Lisboa.
 - Reabilitação e modernização de dezenas de equipamentos desportivos, com foco em acessibilidade, segurança e sustentabilidade ambiental.
 - Inclusão de equipamentos e campos de jogo informais nos programas de requalificação do espaço público dos bairros municipais.
- Formação, inovação e gestão no desporto:
 - Programas de qualificação de técnicos, dirigentes e agentes desportivos.
 - Promoção da transição digital na gestão dos clubes e associações.
 - Criação de um gabinete de apoio às associações para fortalecer a sua resiliência, sustentabilidade e capacidade de crescimento.
- Inclusão e igualdade no acesso à prática desportiva:
 - Desenvolvimento de um **Centro de Recursos para o Desporto Adaptado**, com material acessível disponível para clubes e atletas.
 - Implementação de um **Programa Municipal de Apoio a Atletas com Necessidades Especiais**, promovendo a sua plena participação.
 - Facilitar o acesso da comunidade às instalações desportivas escolares fora do horário letivo.
- Promoção do desporto na infância e juventude:
 - **Alargamento do programa de natação do 1º ciclo**, garantindo que todas as crianças saibam nadar no final desta etapa escolar.
 - Lançamento de um **Programa Municipal de Xadrez** nas escolas do 1º ciclo.
 - **Reforço da ligação dos jovens de Lisboa ao rio**, através de atividades náuticas escolares e de lazer.
- Desporto para todos, em toda a cidade:
 - Desenvolvimento de programas gratuitos de atividade física orientada em parques, jardins e praças ao fim de semana.
 - Promoção, divulgação e valorização dos jogos tradicionais.
 - Reforço dos **Programas Municipais de Apoio à Prática Desportiva**, como:
 - Programa de Educação Física Curricular
 - Clubes de Mar
 - Desporto Mexe Comigo

- Clube Alfacinha
- Lisboa +55
- Alargamento da linha de apoio ao tecido associativo desportivo de bairro.
- **Cooperação e sustentabilidade do movimento associativo:**
 - Apoio às associações para obtenção de reconhecimento de utilidade pública e dos seus benefícios.
 - Estreitamento da relação entre clubes, associações e potenciais patrocinadores, reduzindo a dependência exclusiva do financiamento público.
 - Criação de protocolos entre escolas e associações/clubes desportivos para melhorar cooperação, transporte, horários e partilha de informação.
- **Planeamento e monitorização:**
 - Atualização permanente da **Carta de Equipamentos Desportivos da Cidade**.
 - Definição de prioridades de investimento em novas infraestruturas e na requalificação da rede existente.

JUVENTUDE

Queremos desenvolver o **Programa Lisboa Jovem** que pretende reforçar as políticas municipais dedicadas à juventude, promovendo o acesso ao conhecimento, a cidadania ativa e a participação democrática. Entre as principais medidas incluem-se:

- **Apoio ao estudo**, com a criação e dinamização de salas de estudo acessíveis a todos os jovens.
- **Alargamento dos horários das bibliotecas municipais** durante os períodos de exames, facilitando melhores condições de aprendizagem.
- **Plataforma de promoção da cidadania jovem**, onde será possível apresentar sugestões, iniciativas e opiniões.
- **Voluntariado Jovem**, através de uma plataforma que aproxima entidades e jovens interessados, potenciando a participação em projetos sociais e comunitários.
- **Envolvimento de voluntários nas pausas letivas** em atividades promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa, criando experiências enriquecedoras de cooperação e serviço público.

- **Orçamento Participativo Jovem**, incentivando a apresentação e escolha de projetos propostos pelos próprios jovens.
- **Dinamização do Conselho Municipal da Juventude**, garantindo um espaço efetivo de diálogo e representação.

Este programa representa um compromisso com uma Lisboa mais participativa, solidária e inclusiva, onde os jovens têm voz e papel ativo na construção do futuro da cidade.

ASSOCIATIVISMO

- **Linha de Tesouraria exclusiva a associações** com necessidade de tesouraria especificamente para execução de projetos de aplicação de fundos europeus, que devido à sua deficiente execução, frequentemente criam situações de falta de liquidez, impedindo a sua execução. A Câmara Municipal de Lisboa deve executar como linha de tesouraria de última linha, a fim de garantir que as associações da cidade não perdem projetos financiados com fundos europeus por este motivo. Esta linha deve apresentar juros 0%, desde que as associações devolvam o montante emprestado uma vez que os fundos em questão sejam pagos.

EDUCAÇÃO

- **Avaliar a oferta escolar nos bairros de Lisboa nos próximos 5 a 10 anos**, com o fim de garantir que há planeamento atempado de oferta escolar para todas as faixas etárias, quer seja no sector público, privado ou social, em articulação com o Ministério da Educação.
- **Desenvolver e implementar o Plano Municipal de Requalificação e Renovação de Escolas (PMRRE)**, para garantir que todas as escolas conseguem receber o investimento necessário para modernizar as suas escolas, garantir condições mínimas de equipamentos nas salas de aula, no conforto climático, na disponibilização de pavilhões multiusos e recreios pensados para as várias faixas etárias.
- **Lançar creches e pré-escolar do município**, para aumentar a oferta destas instituições, com preços acessíveis e com bolsas para famílias carenciadas.
 - **Zonas da cidade como o Alto do Lumiar**, onde existe uma crescente tensão urbanística, devem ter novas escolas de ensino básico e pré-escolar construídas, para responder à urgência da procura.

- **Incentivar o aumento da rede de creches e do pré-escolar**, em todos os bairros, e garantir um lugar para todas as crianças.
- **Criar e apoiar a criação de lares-creche**: instituições que juntam o cuidado de idosos e o cuidado de bebés e crianças mais novas, resultando em benefícios tanto para os mais velhos como para os mais novos.
- **Promover mais actividades extra-curriculares nas escolas públicas** para lá das suas próprias instalações, **através de protocolos com clubes de desporto locais e outras associações artísticas e culturais**.
 - Deste modo, damos maior variedade de actividades desportivas e recreativas para as crianças e jovens, instrumento **fundamental para combater a dependência do telemóvel e a adição de redes sociais**. Por outro lado, também promovemos a criação de comunidade, envolvendo associações e clubes locais. As escolas, os clubes desportivos e as associações culturais e recreativas devem colaborar em conjunto para ampliar a oferta cultural e desportiva com que os mais jovens têm contacto.
- Apoio direto, em forte colaboração com o ministério da educação, na **melhoria efetiva dos equipamentos escolares e valorização da carreira docente**, após levantamento exaustivo das necessidades desta classe profissional.
- **Implementação de formação para a sexualidade, identidade de género, em idades adequadas**, para promover a tolerância e o auto-conhecimento, com profissionais especializados.
- **Implementação de formação para a literacia mediática, para promover o espírito crítico**, nomeadamente num ambiente de redes sociais e IA generativa, mais propício à desinformação.
- **Implementação de formação para literacia digital nas escolas** com enfoque na segurança, uso responsável e equilibrado de redes sociais, prevenção de distúrbios psicológicos associados ao seu uso, como a ansiedade e depressão, uso de Inteligência Artificial com espírito crítico, e criação de meios de acompanhamento e apoio em casos de cyberbullying.
- Criação de **atividades extracurriculares** que permitam aos alunos explorar possibilidades em **áreas vocacionais menos convencionais do ensino**, como seja a cozinha, a produção agrícola ou a produção artística.
- Garantir que a **informação sobre educação e ofertas escolares esteja disponível em várias línguas** para que esteja acessível a todos.
- Dotar as escolas de um **sistema de co-gestão** que inclua a comunidade local.

- **Disponibilização e investimento de alojamento temporário para professores deslocados**, pela Câmara, em locais estratégicos, nomeadamente, entre escolas, como se faz em Oeiras com a “Casa Temporária para Professores”: A renda mensal é mais acessível e corresponde ao valor repartido dos custos de funcionamento estimados da habitação.
- **Expansão da rede de alojamento universitário**, a disponibilizar pela Câmara Municipal, garantindo que o alojamento se torna mais acessível para alunos em situações financeiras carenciadas, através da criação de bolsas dedicadas a esse público.
- **Implementar protocolos de mentoria por parte de parceiros privados ou sociais para os alunos das escolas em Lisboa**, com um enfoque na mentoria promovidas por associações e iniciativas locais.
- **Implementar um orçamento participativo escolar para cada escola de Lisboa.**
O orçamento será usado para a comunidade escolar e o seu fim exato será decidido de forma democrática pelos alunos, promovendo a aprendizagem, vida em comunidade, o diálogo e o interesse político.

SAÚDE

- Defender a criação de **mais instituições dedicadas à saúde mental**, inclusive a nível de internamento, e de centros de dia, que apoiem e ajudem os seus utentes e famílias a estruturar rotinas diárias.
- Defender a criação de **equipas móveis de acompanhamento às habitações dos utentes de saúde mental**, que pode reduzir internamentos e autonomizar mais os utentes.
- Defender a **criação de postos clínicos geridos pelas juntas de freguesia**, permitindo consultas de generalidade e especialidades a preços reduzidos, à semelhança do que faz a Freguesia do Areeiro com o [posto clínico Óscar Monteiro Torres](#), com especial foco em zonas da cidade com pior cobertura de centros de saúde.
- Defender a criação de mais centros de saúde e reestruturação dos já existentes.
- Focar a **gestão de saúde numa melhor articulação e gestão de recursos em rede**, procurando evitar redundâncias de programas idênticos por entidades distintas, procurando desenvolver protocolos com o Ministério da Saúde.

- **Reforçar centros de saúde com serviços de Nutrição**, para melhor acompanhar os fregueses para uma melhor alimentação, na ótica de saúde de prevenção.

SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

- Implementar um **plano de formação nas escolas em questões de protecção civil** - sismos, inundações, incêndios, entre outros.
- Fomentar **planos de cursos de primeiro-socorro nas escolas**, associações e locais de trabalho.
- **Parceria com as empresas e sociedade civil** para a implementação de plano de formação em emergência e protecção civil.
- **Reforçar os efectivos da Polícia Municipal**, autonomizando-a da PSP, e criar unidades de bairro para a implementação do policiamento de proximidade.
- **Criar o pelouro da gestão urbana da noite**, integrando-o na vereação. A Lisboa do Futuro é uma cidade cosmopolita que funciona 24 horas, enquadrando a noite nas necessidades dos lisboetas: **direito ao silêncio nos bairros habitacionais, segurança, comércio 24 horas, serviços básicos abertos 24 horas, gestão das áreas de diversão noturna**, entre outros.

4. RELIGA-TE À VIDA NA CIDADE

O objectivo do Volt é transformar Lisboa numa cidade limpa, com menos ruído e stress, com uma paisagem agradável e onde todos tenham uma habitação digna. Queremos também uma Lisboa preparada para eventos extremos como sismos.

HIGIENE URBANA

- **Investir em mais recursos humanos, recursos mecânicos** (camiões do lixo e carrinhas) **e em mais caixotes do lixo**, para combater o desinvestimento dos serviços de Higiene Urbana, responsável pelo aumento de lixo na cidade, segundo os próprios trabalhadores de higiene urbana.
- **Reforçar as brigadas de limpeza de ruas nos locais centrais com maior pressão turística**, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia.
- Garantir a **limpeza constante das sarjetas e sumidouros** por forma a mitigar os efeitos das chuvas e evitar mais um foco de maus-cheiros.

- **Limitação dos resíduos gerados por privados através da disponibilização gratuita de sacos de lixo** e reciclagem até determinada quantidade. Através desta distribuição, a Câmara Municipal consegue fazer o controlo e conscientização das pessoas para a quantidade gerada de resíduos. Após a ultrapassagem do limite estabelecido, as pessoas e empresas pagam pelo aumento de geração de resíduos.
- A recolha de embalagens cartonadas e cartões da atividade comercial deverá passar a ser efetuada pelos serviços da Câmara no interior do estabelecimento comercial durante o dia no horário de funcionamento, deixando de ser colocado na rua e libertando espaço para os restantes cidadãos.
- **Promoção de compostagem em jardins e espaços verdes existentes**, com realização de sessões de esclarecimento por rua e disponibilização de incentivos para os aderentes. Aproveitamento do lixo orgânico das limpezas de rua e de jardins para a compostagem.
- **Disponibilização de sacos biodegradáveis** para acondicionar os resíduos orgânicos nas habitações, de forma a estes serem depositados nos respetivos contentores em sacos fechados.
- Realizar **campanhas porta-a-porta de sensibilização para o cumprimento dos procedimentos relativos à separação e deposição de lixo**, realizada pelos próprios funcionários de Higiene Urbana, seguida pelo reforço das ações de fiscalização, para a qual deverão ser aumentadas as competências dos técnicos nesta matéria.
- Implementar **campanhas de sensibilização públicas para a redução e reciclagem de resíduos**, nomeadamente alertar para a contaminação e deposição correta das beatas de cigarro, instituir programas de tara para embalagens, e programas de reutilização de copos e recipientes do tipo Recup ou Rebowl.
- **Reorganizar a forma como a deposição dos sacos e recolha dos caixotes do lixo são feitas**, face ao impacto que o formato atual tem na inacessibilidade do espaço público: pretendemos terminar com a colocação de sacos e caixotes de lixo no passeio; em vez disso, queremos incentivar os condomínios a organizar-se para deixar de ter recolha de lixo porta-a-porta (dispensando os contentores de lixo), depositando e a reciclando o lixo nas ilhas existentes.
- **Propomos a alteração do sistema de recolha porta-a-porta**, tornando obrigatório a colocação dos contentores em espaço pré-determinado, sendo que estes espaços devem existir a distâncias razoáveis.

- **Devem ser eliminadas as autorizações (exceto eventos) para contentores na rua**, incluindo nos espaços mencionados no ponto anterior. Se o prédio não tiver condições de salubridade para albergar os contentores, os moradores devem usar as ilhas de reciclagem e de deposição de resíduos existentes.
- Expansão da rede de **casas de banho públicas gratuitas** por toda a cidade.
- **Alteração do atual modelo** de expansão pago de casas de banho públicas para um **modelo de funcionamento 100% gratuito**.
- **Criação de mais balneários públicos**, para que a população sem-abrigo ou outras pessoas possam ter acesso a duches de água quente.

RISCO SÍSMICO

O risco sísmico na cidade de Lisboa é elevado, tendo sofrido vários ao longo da sua História (os mais devastadores aconteceram em 1531 e 1755). A única certeza que temos é que existirá um novo grande sismo, apenas não se sabe quando. O risco é ainda maior por total falta de prevenção e escassa ou nula fiscalização das novas construções e das reabilitações, que não inclui reforço sísmico das casas, que está previsto no regulamento de 1958.

Por isto mesmo, propomos as seguintes medidas, para uma visão com planeamento e prevenção do risco sísmico:

- **Implementar uma calendarização de simulacros sísmicos**, que envolva toda a população.
- **Organizar ações de sensibilização dos cidadãos**, como por exemplo, a elaboração de um manual de procedimentos em caso de sismo, que possa ser distribuído por via postal e online.
- **Incentivar e educar a população residente de Lisboa para a utilidade de kits de emergência em casa e a sua adoção**, essenciais em caso de sismo, mas também de outros acontecimentos inesperados, como foi o apagão de 28 de abril de 2025.
- **Investir em formação para as equipas técnicas da CML, assim como para os parceiros sociais**, para melhor prestarem serviço de apoio aos munícipes, no caso de sismo.
- **Criar fóruns de debate em parceria** com a Ordem dos Engenheiros e Associações de Construção, para que se possa estudar, debater e implementar novas soluções construtivas, que obedeçam simultaneamente a critérios de sustentabilidade e segurança.

- **Implementar planos de remodelação arquitetónica** para que envolvam **soluções anti-sísmicas** a edifícios intervencionados, nomeadamente através de critérios no licenciamento.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- **Criar uma estratégia para promover o autoconsumo de energias 100% limpas e renováveis**, de modo a garantir maior autonomia e independência energética, assim como diminuição da fatura de energia das pessoas, famílias e empresas, por via de uma forte aposta na melhoria da eficiência energética e térmica das habitações.
- **Promover e incentivar a instalação de painéis solares fotovoltaicos e térmicos nos telhados e parques de estacionamento** de Lisboa, nomeadamente nas escolas, pavilhões desportivos, quartéis de bombeiros, piscinas, etc.
- **Aproveitar os benefícios das coberturas verdes** (ver secção Alterações Climáticas/Resiliência climática) para incentivar a sua combinação com painéis fotovoltaicos - **Coberturas Biosolares** -, uma vez que estes produzem mais energia na presença de vegetação, através da redução da temperatura ambiente máxima.
- **Apostar numa transição de iluminação pública para luzes LED**, direcionadas para o chão, equipadas com sensores de movimento que reduzem ou aumentam a intensidade conforme o fluxo de peões ou outros movimentos na rua, a fim de aumentar a eficiência energética e diminuir a poluição luminosa na cidade,
- **Promover candidaturas de projetos a fundos europeus para aumentos de eficiência energética**, dando apoio técnico nas candidaturas a estes fundos a parceiros do setor privado e social.
- Promover **planos de remodelação arquitetónica** para que envolvam **soluções de isolamento térmico** nos edifícios intervencionados, nomeadamente através de critérios no licenciamento e incentivos fiscais e de taxas.

CRISE CLIMÁTICA: RESILIÊNCIA E MITIGAÇÃO

- **Resiliência climática: queremos Lisboa a evoluir para uma "cidade-esponja", seguindo os exemplos de Copenhaga e Hamburgo**

- Seguindo uma abordagem multidisciplinar, da engenharia à arquitetura, o Volt defende este conceito, cujo mote é promover a permeabilidade da superfície, com parques e espaços verdes interligados, edifícios com revestimentos e coberturas verdes, e a capacidade de absorver, reter e armazenar água em reservatórios e espelhos de água (garantindo a prevenção de mosquitos e a ser aproveitada em tempo de seca para rega, limpeza, indústrias).
- **Reforçar e alargar a competência da Lisboa E-Nova - Agência Municipal de Energia-Ambiente de Lisboa** para supervisionar os processos de desenvolvimento de políticas e estratégias na redução de emissões, incluindo facilitação e coordenação de relações interdepartamentais e entre as organizações e cidadãos da cidade. Esta agência ficará encarregue de monitorizar e avaliar a implementação dos planos de ação da cidade, a política municipal de neutralidade climática, e divulgar à Assembleia Municipal, Executivo e à cidade o estado de avanço da cidade relativo às metas estabelecidas.
- **A criação de vários túneis na estrada A5 no troço que atravessa o Parque Florestal de Monsanto**, funcionando como pontes que religam o parque, cobertas de vegetação. **Apresentar-se-iam como vias naturais de comunicação entre os dois lados do parque**, alcançando assim um continuum que há muito se vê perdido nesta mancha verde. Tal permitirá uma passagem em segurança e em liberdade de pessoas e animais e propiciará um mais saudável desenvolvimento holístico deste parque. O **Parque Florestal de Monsanto representa uma importância pivotal** para a cidade, ao qual os corredores verdes que referimos se poderiam ligar a este verdadeiro pulmão da cidade. No entanto, o próprio parque segue ferido atravessado pela A5.
- **Queremos Lisboa na vanguarda da Sustentabilidade: consolidar a implementação da Agenda 2030 em Lisboa, envolvendo todas as freguesias da cidade** ⁽¹⁾

BEM-ESTAR ANIMAL E BIODIVERSIDADE

- **Realizar e reforçar campanhas de esterilização a animais de companhia detidos pelos municípios**, errantes ou abandonados, incluindo os que estão à guarda ou sob tutela de associações zoófilas, com vista a diminuir o abandono e a sobrepopulação.
- Realizar e reforçar **campanhas de sensibilização para a adoção responsável** de animais de companhia.

- **Terminar com qualquer apoio institucional**, de cariz financeiro como cedências, benefícios ou isenções **ao sector tauromáquico** e propor um **referendo sobre o fim da realização** desta prática no município.
- **Criação de corredores para abelhas e outros insetos polinizadores**, em parceria com associações de conservação da natureza, apoiando a criação de hotéis para insetos e o cultivo de espécies de flores autóctones atrativas para os insetos polinizadores, que permitam aumentar as suas colónias, como por exemplo, através de flores selvagens em canteiros e nos tectos de paragens de autocarro.

BOAS PRÁTICAS:

- Noruega: Oslo - Projeto promovido pela associação Bybi, desde 2014.

5. RELIGA-TE A UMA ECONOMIA RESILIENTE

Lisboa tem assistido a um processo de gentrificação galopante, com o desaparecimento do comércio local e tradicional, incluindo de lojas históricas, descaracterizando a cidade e fomentando a concentração empresarial, inimiga da inovação e da competitividade. Precisamos de uma Lisboa com uma economia forte, diversa e inovadora, que promova tanto a criação e transição para negócios verdes e inovadores, como a inclusão e a redistribuição dos recursos de forma a alcançar uma cidade sustentável e com qualidade de vida para todos.

COMÉRCIO LOCAL

- **Apoiar lojas históricas e tradicionais de comércio local** contra o mercado especulativo, de forma a garantir diversidade de oferta nos bairros da cidade.
- **Reavivar o programa de lojas históricas** de Lisboa, com **garantia de proteção efectivas destas lojas** - ao contrário do que tem acontecido na cidade.
- **Reforço do programa Empreende+**, com a devida publicidade desse programa, para apoiar a criação e o desenvolvimento de novos negócios e dar suporte ao tecido empresarial da cidade de Lisboa. Incluir nesse apoio, a obtenção de todas as licenças administrativas, inclusive com entidades terceiras.
- **Apoio da Câmara Municipal enquanto tomador de garantias**, solicitadas para as rendas dos pequenos negócios, uma vez que este é um dos encargos

que condicionam bastante o início dos negócios.

- **Alocação do espaço público àquilo que é a real necessidade do negócio**, quer seja para esplanadas ou local para cargas e descargas.

INOVAÇÃO E INVESTIMENTO

- **Criar um gabinete de apoio ao investimento em Lisboa**, capaz de ligar pequenos investidores (por exemplo, estrangeiros ou de fora de Lisboa) com empreendedores, startups, universidades, institutos de investigação, licenciamento e uma rede de outros negócios relevantes.
- **Fazer da Câmara Municipal de Lisboa um exemplo de relações de trabalho mais saudáveis**, definindo políticas de flexibilização de horários, part-time e trabalho híbrido (presencial/teletrabalho) e outros benefícios laborais para os trabalhadores da Câmara.
- **Promover a inovação e o *networking* europeu através da criação de um gabinete de ligação europeia**, para interligar os negócios e as empresas de Lisboa a empresas de outras cidades europeias, criando sinergias e novas fontes de receita para estas empresas.
- **Apoiar a comunidade de investigação científica em Lisboa**, em articulação com universidades e centros de investigação, com o fim de melhorar linhas de financiamento ou criar sinergias para a aplicação de descobertas científicas com potencial comercial.

ECONOMIA CIRCULAR

- **Promover projetos de *Repair Café***, em todas as freguesias, de modo a promover a reparação de equipamentos, e assim prolongar o seu tempo de vida útil, fomentando o conceito de “faça você mesmo” e de comunidade.
- Expandir o **protocolo do projeto-piloto da CML com a TOMRA e AHRESP do esquema de entrega de copos reutilizáveis (Deposit Return Schemes) em zonas de pressão de restauração e vida noturna**, com as devidas adaptações para o seu sucesso. Gradualmente, mas rapidamente tornar este sistema de adoção obrigatória para acabar com os copos descartáveis na cidade, qualquer seja o material.

6. RELIGA-TE À SMART CITY

- **Criação de um banco de dados abertos sobre a cidade de Lisboa**, com informação em tempo real sobre métricas respeitantes à cidade, desde medidos de concentração de gases poluentes, a número de ciclistas a passar em determinados pontos da cidade, a nível de multas por estacionamento indevido, a número de interrupções no metro, número de TVDEs a circular, para permitir a investigadores, estudantes, parceiros sociais, atores políticos e governativos, cidadãos poderem terem acesso a melhor informação sobre a gestão da cidade de Lisboa e permitir melhores propostas políticas para a cidade, baseados em dados atualizados;
- **Uso multifuncional dos postes dos candeeiros:** Integrar postos de carregamento para carros e bicicletas elétricas, integrar sensores de meio-ambiente para medir poluição, temperatura e barulho, integrar módulos WI-FI para cobertura WI-FI aberta e gratuita em toda a cidade.
- **Automatização dos sistemas de rega** para programar regas durante a noite (onde há menos perdas de água por evaporação).
- **Criação de um Gabinete Digital na Câmara**, no âmbito da expansão da infraestrutura digital e com o objetivo de simplificar procedimentos municipais.
- **Criação de uma app que integre os vários serviços municipais e das freguesias:** este incluiria procedimentos burocráticos como o pagamento do IMI e formas de participação política como o orçamento participativo.
- Proceder à gradual substituição do software pago por software livre e aberto.
- **Instalação de sensores nos autocarros** e nos semáforos dando prioridade aos autocarros.

BOAS PRÁTICAS:

- Estónia: considerados pioneiros na digitalização, têm Gabinetes do Digital ao mais alto nível administrativo.
- Nova Iorque, EUA: foi implementada uma solução de otimização de semáforos que dá prioridade aos autocarros, resultando numa redução, em média, de 18% dos tempos de deslocação.

7. RELIGA-TE À DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

A democracia tem vindo a sofrer de grande desconfiança nas instituições, desinteresse crónico, um crescimento de extremismos e tribalismo político. Estes são

problemas que direta ou indiretamente afetam a todos, pois afetam as decisões feitas sobre todas as áreas da vida em sociedade.

Acreditamos que a solução para estes problemas passa por ter mais e melhor democracia, favorecendo cada vez mais a transparência, a participação de todos os cidadãos, mas também a deliberação mais profunda, promovendo o entendimento entre os vários grupos e lembrar-nos que somos todos parte da mesma sociedade. Quando empoderamos os cidadãos, permitimos que se religuem à cidade e se empenhem a construí-la em conjunto.

- **Criação de uma Assembleia de Cidadãos Municipal Permanente** para complementar a democracia da Cidade resultando em maior participação política, mais transparência e decisões de melhor qualidade promovendo também maior interesse na política e maior compreensão entre os vários cidadãos. Esta Assembleia teria 50 membros escolhidos por sorteio para cada tema discutido, iria ser chamada ou pelo executivo ou por recolha de assinaturas por parte da população, e as suas decisões seriam politicamente vinculativas.
- **Relançar o Orçamento Participativo para a cidade de Lisboa**, com melhoria nos mecanismos que garantem a avaliação de viabilidade técnica e a sua execução.
- **Criação de um grupo de trabalho com a missão de garantir a execução de Orçamentos Participativos passados**, cujo resultado muitas vezes está pendente por questões técnicas ou falta de articulação, resultando numa execução falhada e na criação de falsas expectativas e desilusão nos cidadãos que participaram nesses processos.
- **Designar um Responsável de Compliance Independente** e uma estrutura de auditoria interna.
- **Criar e publicitar um canal de denúncias** gerido pelo Responsável de Compliance Independente.
- **Divulgar todos os projetos financiados pela Câmara Municipal de Lisboa num portal online central e aberto para consulta fácil**, com prazos, orçamento, concursos públicos e decisões aferentes, incluindo ainda todos os contratos celebrados entre a administração da cidade e entidades públicas e privadas, relatórios de peritos, entre outros.
- **Publicar nesse portal todas as datas e agendas** de assembleias municipais, reuniões de câmara e assembleias de freguesia com antecedência suficiente, incluindo os links e endereços eletrónicos para que os cidadãos se possam inscrever, para reforçar a democracia participativa e garantir uma extensa participação dos cidadãos nos processos de decisão.

- **Publicação de todas as atas das reuniões** dos órgãos administrativos em tempo útil.
- **Registo de Grupos de Pressão/Lobbying:** consideramos indispensável a criação de um registo de divulgação de todos os contactos e encontros de membros da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, dos Executivos das Juntas de Freguesias e das Assembleias de Freguesias com grupos de pressão, assim como a divulgação de todas as atividades acessórias dos membros da administração e do executivo, até um nível a definir.

NOTAS:

(1) Queremos Lisboa na vanguarda da Sustentabilidade: consolidar a implementação da Agenda 2030 em Lisboa, envolvendo todas as freguesias da cidade

O reconhecimento generalizado de que a dependência direta e indireta do ser humano relativamente aos ecossistemas como suporte de vida, pelos serviços e bens indispensáveis que estes proporcionam, leva a que o Ambiente se tenha tornado um aspeto fundamental quando se fala de um Desenvolvimento, que se impõe como tendo de ser Sustentável. A confluência de diferentes pressões humanas sobre os ecossistemas, como o rápido crescimento populacional global e da mobilidade, a crescente necessidade de recursos e a degradação ambiental, põe em causa, não só a sobrevivência biológica, mas também questões relacionadas, como a economia, a saúde, a educação, a justiça e, de uma forma geral, a qualidade de vida. É à luz deste contexto que a Sustentabilidade se perspetiva como estando assente em três pilares interdependentes - Economia, Sociedade e Ambiente - procurando garantir as necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Em 2015, de uma Conferência das Nações Unidas em Nova Iorque, surgiu a Agenda 2030, como plano de ação para o Desenvolvimento Sustentável, a implementar por todos os países, envolvendo todos os atores da sociedade. Foram estabelecidos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, tendo em vista a erradicação da pobreza e o desenvolvimento económico, social e ambiental, à escala global até 2030.

A Agenda 2030 resulta do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo, para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. A pandemia da covid-19, o estalar da guerra na Ucrânia e a intensificação dos efeitos das alterações climáticas têm tido um impacto negativo nas conquistas entretanto alcançadas.

A Agenda 2030 Local é a implementação da Agenda 2030 ao nível municipal e regional, focando na adaptação dos 17 ODS à realidade local, de forma a envolver todos os atores no processo. **O Volt quer a consolidação da implementação da Agenda 2030 em Lisboa, como uma plataforma que concilia todas as áreas do desenvolvimento, e promover o envolvimento e a participação ativa de todas as freguesias na mesma.**

(2) Cidades-Esponja:

Diversos peritos têm alertado para a necessidade premente de se zelar pelo conforto climático em Lisboa. Já o Plano Verde de Lisboa (1997), componente do Plano Diretor Municipal da cidade coordenado pelo visionário Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, recomenda a integração e interligação de elementos estratégicos que permitam desenvolver e consolidar a sustentabilidade física e ecológica do concelho, em articulação com as estruturas ecológicas dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Neste alinhamento, o entretanto **emergente conceito de Cidade-Esponja propõe-se como solução para tornar as áreas urbanas mais resilientes a fenómenos climáticos extremos**, como cheias e picos de calor e de frio, bem como à subida do nível médio da água do mar.

Estas medidas promovem também a melhoria da qualidade da água e do ar; a biodiversidade; e microclimas refrescantes em tempo quente e amenizadores do frio no inverno (preferência por árvores de folha caduca, que proporcionam sombra no verão e deixam passar a radiação solar no inverno). É assim **possível mitigar ilhas de calor urbanas e promover um bem-estar geral das populações** - mais sombras e evaporação ajudam a reduzir a temperatura, enquanto superfícies porosas e permeáveis minimizam a absorção de calor.

Na UE, Copenhaga e Hamburgo já se encontram nesta trajetória, dando prioridade à prevenção de futuros impactos associados às alterações climáticas, em vez de procurar meramente soluções de curto-prazo.